

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA  
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS – CESP  
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**SABRINA GLÓRIA GUIMARÃES**

**ESPAÇO VIVIDO NA OCUPAÇÃO CASTANHAL: REFLEXÕES A PARTIR DA  
ESCUITA DAS CRIANÇAS**

Parintins - Am

2021

**SABRINA GLÓRIA GUIMARÃES**

**ESPAÇO VIVIDO NA OCUPAÇÃO CASTANHAL: REFLEXÕES A PARTIR DA  
ESCUTA DAS CRIANÇAS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em  
Pedagogia, pela Universidade do Estado do  
Amazonas apresentado como exigência parcial para  
obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

Parintins - AM

2021


**SABRINA GLÓRIA GUIMARÃES**

**ESPAÇO VIVIDO NA OCUPAÇÃO CASTANHAL: REFLEXÕES A PARTIR DA  
ESCUITA DAS CRIANÇAS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em  
Pedagogia, pela Universidade do Estado do  
Amazonas apresentado como exigência parcial para  
obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

**Aprovado em:** 19/07/2021

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. **Ângela Maria Rodrigues de Figueiredo**  
Presidente

  
Prof. Msc. **João Bosco do Santos Brasil**

  
Prof. Msc. **Ednilson da Silva Albuquerque**  
Membro

## DEDICATÓRIA

*À minha querida mãe, dona Eulina Glória,  
que dedicou a vida em função de minha  
educação e de meus irmãos e às crianças da  
Ocupação Castanhal que tanto contribuíram  
para o desenvolvimento deste estudo.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu Deus, pelo dom da vida e por me manter firme ao longo dessa caminhada.

Aos meus pais, Dona Eulina Glória e Senhor Jakson Barros, pelo cuidado, apoio, carinho e educação que deram suporte para que chegasse até aqui.

Aos meus irmãos, Ana Paula e Kauã Inandê, pelo amor, compreensão e incentivo.

À minha querida orientadora, Professora Dra. Ângela Maria Rodrigues de Figueiredo, cuja amizade brotou no encontro formativo, pela dedicação, paciência e confiança.

Às amigadas que construí ao longo de minha jornada acadêmica, especialmente à Ana Paula Souza, Daiana Tavares e Reandra Cid, que sempre acreditaram em mim.

Aos professores do colegiado de Pedagogia pelos conhecimentos compartilhados, em especial à Coordenadora do Curso, Professora Dra. Simone Souza e à secretária Edilene dos Reis pela paciência e disponibilidade em nos ajudar.

*“Onde está o menino que fui,  
Segue dentro de mim ou se foi?  
-Sabe que não o quis nunca  
E que tampouco me queria?  
-Por que andamos tanto tempo  
Crescendo para separar-nos?  
-Por que não morremos os dois  
Quando minha infância morreu?  
-E se minha alma tombou  
Por que permanece o esqueleto? ”*  
*(Pablo Neruda, 1974)*

## RESUMO

O presente estudo discute as percepções das crianças acerca dos espaços vividos na Ocupação Castanhal, localizada na zona sul da cidade de Parintins. Trata-se de um estudo fenomenológico com pressupostos etnográficos que coloca em evidência as crianças em seu cotidiano, seus modos de perceber e representar o espaço vivido, os elos que estabelecem com o lugar mediado pelas condições de acesso às políticas a quem têm direito como: moradia, saúde, educação e lazer. Nosso objetivo não foi analisar o que falta na vida das famílias que ali residem, tampouco denunciar a precariedade que assola a vida de crianças que residem em ocupações improvisadas, mas nos debruçamos por analisar o contexto que dispõem concretamente, estabelecendo um diálogo entre nosso olhar de adulto/pesquisador e as percepções das próprias crianças sobre seu cotidiano acerca de suas vivências enquanto cidadãs. Nesse percurso os aportes fenomenológicos e pressupostos da etnografia foram fundamentais, por permitirem aproximação com o contexto e com os sujeitos da pesquisa, além dos adultos com os quais convivem. Para isso as técnicas de entrevista, rodas de conversa, observação direta e, sobretudo a produção de mapas mentais, foram ponto de partida para a nossa interpretação com leitura e interpretação por meio da metodologia Kozel (2007) para apreender com mais profundidade as percepções das crianças, as formas como pensam o mundo em que vivem, seu cotidiano. O estudo fundamentou-se em autores como Rolnik (1995; 2009) e Spósito (2010) para discutir a cidade e seus aspectos sociais e econômicos quando tratam do direito à moradia, Tuan (1983), Santos (2006) e Kozel (2013; 2007) para melhor compreender conceitos como território, espaço e lugar e tratando-se das infâncias apoiou-se nas ideias de Benjamin (2009), Sarmiento (2005) e Tonucci (2021). Os resultados obtidos evidenciam diferentes aspectos da vida na Ocupação, dos desafios e desdobramentos das infâncias ali construídas e como as crianças desenvolvem suas identidades e sua relação com o lugar, embora a infraestrutura do Castanhal possa em primeira instância parecer imobilizador de uma infância “ideal”. A reflexão que decorre deste estudo mostra que na representação das crianças, o lugar em que vivem é a construção simbólica de uma realidade que se faz representada na confluência do vivido e do imaginado, mesmo em condições de qualidade de vida tão adversas, as infâncias se desenvolvem, as brincadeiras são colocadas em ação pelas crianças como forma de apreensão do lugar em que estão inseridas, uma maneira paralela ou alternativa de afirmação e interação social. Diferente da percepção dos adultos quanto à precariedade e violência na Ocupação, as crianças percebem o lugar com uma gama de possibilidades de interagir e se divertir, cada espaço é tido como forma de vivenciar a infância.

**Palavras-chave:** Criança; Infância; Espaço vivido; Políticas Públicas; Ocupação Castanhal.

## ABSTRACT

This study discusses the perceptions of children about the lived spaces available in the Castanhal occupation, located in the southern zone of the city of Parintins. This is a phenomenological study with ethnographic assumptions which highlights the children in their daily lives, their ways of perceiving and representing the space they live in, the links they establish with the place mediated by the conditions of access to the policies to which they have a right, such as: housing, health, education and leisure. Our objective was not to analyze what is missing in the lives of the families living there, nor to denounce the precariousness that plagues the lives of children living in improvised occupations, but to analyze the context that they concretely have, establishing a dialog between our adult/researcher look and the perceptions of the children themselves about their daily lives and their experiences as citizens. In this path, the phenomenological contributions and ethnographic assumptions were fundamental, for allowing an approximation with the context and with the research subjects, besides the adults with whom they live together. For this, the interview techniques, conversation rounds, direct observation and, above all, the production of mental maps, were the starting point for our interpretation with reading and interpretation by means of the Kozel methodology (2007) to apprehend in more depth the children's perceptions, the ways they think the world in which they live, their daily lives. The study was based on authors such as Rolnik (1995; 2009) and Spósito (2010) to discuss the city and its social and economic aspects when dealing with the right to housing, Tuan (1983), Santos (2006) and Kozel (2013; 2007) to better understand concepts such as territory, space and place. The results obtained show different aspects of life in the occupation, the challenges and unfoldings of the childhoods built there and how the children develop their identities and their relationship with the place, although the infrastructure of Castanhal may in the first instance seem immobilizing of an "ideal" childhood. The reflection that arises from this study shows that in the children's representation, the place where they live is the symbolic construction of a reality that is represented in the confluence of what is lived and what is imagined, even in such adverse quality of life conditions, childhoods are developed, the games are put into action by the children as a way of apprehending the place where they are inserted, a parallel or alternative way of affirmation and social interaction. Different from the adults' perception of the precariousness and violence in the occupation, the children perceive the place with a range of possibilities to interact and have fun, each space is seen as a way to experience childhood.

**Keywords:** Child; Childhood; Lived Space; Public Policies; Castanhal Occupation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Brincadeiras na Ocupação. ....	36
Figura 2 - A Castanheira.....	38
Figura 3 - Casas na Ocupação Castanhal. ....	39
Figura 4 - As “ruas” da Ocupação Castanhal. ....	40
Figura 5 - O brincar livre, poética da infância.....	41

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Entrevista com o representante da Ocupação.....	30
Quadro 2: Entrevista com o representante da Comunidade. ....	31
Quadro 3: Entrevista com o representante da Comunidade. ....	32

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I: CIDADANIA E TERRITORIALIDADE URBANA .....	13
1 O DIREITO À CIDADE E AS OCUPAÇÕES “IRREGULARES” .....	13
1.1 O que é cidade e a quem pertence?.....	13
1.1.1 Do direito à moradia às ocupações “irregulares” .....	16
1.2 A invenção do conceito de infância.....	18
1.3 O espaço vivido: representações e impregnações culturais.....	20
CAPÍTULO II: PERCURSO METODOLÓGICO.....	23
2 CAMINHOS DA PESQUISA: NAS TRILHAS DA INFÂNCIA .....	23
CAPÍTULO III: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	29
3 OCUPAÇÃO CASTANHAL: ESPAÇOS, SONHOS E LUTAS .....	29
3.1 Desafios de viver nas incertezas da realidade urbana.....	30
3.2 Mapeando e criando.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	46

## INTRODUÇÃO

Perceber a infância como um construto social, que depende de fatores externos para que uma criança possa vivenciá-la plenamente, nos permite considerar o desenvolvimento infantil de forma singular, pautada na diversidade, condicionada pelos fatores históricos, socioeconômicos e culturais, onde cada família e comunidade possui suas particularidades. Ainda há muitos equívocos acerca do tema, a infância não é uma fase da vida, menos ainda comum à todas as crianças, infelizmente ser criança não significa ter infância. Muitos pesquisadores têm evidenciado esses aspectos e buscado compreender com mais profundidade o fazer e o pensar infantil.

A criança como cidadão de direitos, tem a proteção à infância prevista pela Constituição Federal de 1988, assim como o desenvolvimento de políticas públicas que promovam seu pleno desenvolvimento nos aspectos físicos, cognitivos e sociais, contudo não tem alcançado todas as crianças de forma igualitária, pensa-se em políticas para elas e não a partir delas, não levando em consideração suas percepções de mundo, mas sim de adultos e que nem sempre correspondem as necessidades e expectativas infantis.

As crianças enquanto protagonistas de seu presente, de suas histórias e de seu futuro, cidadãs que tem muito a contribuir com o desenvolvimento da sociedade têm intensa participação no desenvolvimento de nossas pesquisas, assumem destaque como atores sociais que colaboram consideravelmente para o desenvolvimento do pensamento científico e social.

No estudo em questão não buscamos lhe dar voz, pois não cabe a nós, mas sim ouvi-las, conhecer suas visões e percepções de mundo, especialmente da ocupação onde moram para que possamos, a partir de uma perspectiva infantil, traçar nossas considerações sobre as políticas públicas disponíveis ou não na Ocupação do Castanhal localizada no município de Parintins.

Com isso, o presente estudo tem como foco analisar o contexto sociopolítico das crianças que vivem na Ocupação Castanhal, estabelecendo um diálogo entre a realidade concreta e as percepções das próprias crianças sobre seu cotidiano. Considerando que o espaço é mais amplo e que o lugar remete à ideia de pertencimento, propomo-nos permitir conhecer as vivências das crianças pelos seus próprios olhos, afinal, pouco se têm considerado suas perspectivas, pouco se têm considerado suas vozes.

Buscamos também verificar se há políticas públicas disponíveis para as crianças em termos de moradia, educação, lazer e saúde. E identificar as formas como as crianças vivem e as relações que estabelecem com o local, para que possamos analisar como vivem na Ocupação,

como pensam seus espaços e se percebem neles, os modos como se apropriam dos espaços e de que forma essa construção simbólica é representada por elas.

Para tanto, nos fundamentamos em autores como Rolnik (1995; 2009) e Spósito (2010) para discutir a cidade e seus aspectos sociais e econômicos quando tratam do direito à moradia, buscamos embasamento também em Tuan (1983), Santos (2006) e Kozel (2013; 2007) para melhor compreender conceitos como território, espaço e lugar e tratando-se das infâncias apoiamo-nos especialmente nas ideias de Benjamin (2009), Sarmiento (2005) e Tonucci (2021).

Sem ignorar a complexidade da dinâmica urbana, as representações dos sujeitos a partir de suas próprias vivências nos ajudou a compor uma cartografia que materialize suas condições concretas de existência para que se possa conhecer e compreender a dinâmica social no contexto de suas experiências mais íntimas. Para isso procuramos nos fundamentos da antropologia e da sociologia da infância argumentos que nos conduzam a uma compreensão dessa realidade.

Nesse entendimento a aproximação com o campo de pesquisa é meio sem o qual não é possível desenvolver esse tipo de estudo, por isso elegemos os aportes e pressupostos da etnografia para o seu desenvolvimento, afinal é no contato direto com o grupo de sujeitos que os dados são construídos e podem ser interpretados, analisados à luz dos próprios sujeitos.

Durante esse percurso os instrumentos que foram apropriados no âmbito deste estudo foram: entrevistas semiestruturadas, rodas de conversa, observação direta, produção de mapas mentais e a interpretação dos mesmos pela metodologia Kozel. As observações e anotações foram registradas em caderno de campo e com a permissão das crianças e de seus pais fizemos uso do gravador de voz e máquina fotográfica para os demais registros.

O estudo está estruturado da seguinte forma: No capítulo I, Cidadania e Territorialidade, dialogamos com alguns autores que embasaram nossas discussões e sustentaram nossas análises. O capítulo II trata dos Caminhos da Pesquisa, uma descrição detalhada de nosso percurso metodológico, estratégias e técnicas adotadas ao longo do estudo e por fim o capítulo III, Ocupação Castanhal: espaços, sonhos e lutas, onde discutimos e analisamos com profundidade os dados coletados no decorrer da pesquisa.

Os resultados obtidos evidenciam diferentes aspectos da vida na Ocupação, dos desafios e desdobramentos das infâncias ali construídas e como as crianças desenvolvem suas identidades e sua relação com o lugar, embora a infraestrutura do Castanhal possa em primeira instância parecer imobilizador de uma infância “ideal”. A reflexão que decorre deste estudo mostra que na representação das crianças, o lugar em que vivem é a construção simbólica de uma realidade que se faz representada na confluência do vivido e do imaginado.

## **CAPÍTULO I: CIDADANIA E TERRITORIALIDADE URBANA**

### **1 O DIREITO À CIDADE E AS OCUPAÇÕES “IRREGULARES”**

#### **1.1 O que é cidade e a quem pertence?**

Em busca de um sinal que pudesse configurar uma propriedade essencial da cidade, independente de tempo ou lugar, Rolnik (1995) a caracteriza como um grande imã que atrai, reúne e concentra homens para atividades diversas sendo elas econômicas, culturais ou políticas, antes mesmo de se tornar moradia. As transformações que emergiram nas sociedades ao longo do tempo nos apresentam as diferentes configurações de cidade, o quanto se modificou na trajetória entre os primeiros embriões urbanos que deram origem às primeiras civilizações, até os grandes centros capitalistas que temos atualmente.

Com isso, as cidades são produtos da atividade humana, apresentam formas, funções e características específicas, como ratifica Carlos (2009, p. 57) “a cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas”, analisar esta dimensão é fundamental para compreender sua natureza e particularidades socioeconômicas e culturais. A cidade é viva, histórica e mutável.

Sendo assim, segundo Spósito (2010), para entender uma cidade não basta apenas observá-la, mas verificar sua dinâmica, historicidade e geografia, a movimentação das pessoas, seu ir e vir, relações comerciais e arquitetura, pois, a “observação da paisagem urbana depreende-se de dois elementos fundamentais: o primeiro diz respeito ao ‘espaço construído’, imobilizado nas construções; o segundo diz respeito ao movimento da vida” (CARLOS, 2009, p. 40).

E esse movimento simboliza a intensa diversidade cultural que envolve as relações em sociedade. A cidade constitui as rupturas, permanências e desafios das sociedades em constante transformação social, fruto das atividades humanas no tocante dos sistemas políticos, das interações econômicas, das práticas sociais e da diversidade em um dado momento histórico fruto das atividades humanas no decorrer do desenvolvimento das grandes civilizações. Nesse sentido, o movimento das interações e transformações, caracterizam a dinâmica das cidades enquanto palco da diversidade e mantenedora das relações entre espaço geográfico e interação cultural.

Cavalcanti (2008, p. 66) apresentando-a como “um espaço geográfico, um conjunto de objetos e de ações; ela expressa esse espaço como lugar de existência das pessoas, e não apenas como um arranjo de objetos, tecnicamente orientados”, a autora nos apresenta a *urbe* como um construto social, partindo de um enfoque geográfico, faz uma leitura do espaço explorando algumas categorias que lhe dão identidade, que serão exploradas ao longo desta pesquisa, como: espaço, paisagem, lugar e território, que orientam o olhar para a cidade e seus espaços, para que possamos compreendê-la mais profundamente.

Cortejar a cidade no que lhe confere identidade, lançar um olhar mais contemplativo em seus diversos ambientes, paisagens e espaços possibilita uma análise mais objetiva em seus diferentes aspectos, desde a parte física em suas características monumentais até a subjetividade de suas vivências interagindo os diferentes agentes sociais inseridos em sua dinâmica.

Observar a cidade em suas múltiplas manifestações nos propõe diversas reflexões, analisar seus aspectos sociais e culturais, pautada na diversidade e no conflito, pensa-la como espaço de luta ao mesmo tempo território educativo. Em muitos momentos da história temos referências de grandes manifestações e protestos, movimentos sociais urbanos, onde as ruas, outrora ocupadas apenas como via de circulação, tornam-se espaço de lutas e conflitos políticos e culturais. “É a luta pela cidadania, a luta por transformações sócio-econômicas-espaciais” (CARLOS, 2009, p. 88) de grupos específicos, marchas que nos apresentam a heterogeneidade urbana.

Sendo a cidade, manifestação da pluralidade e palco para a diversidade, expõe uma infinidade de oportunidades do convívio com as diferenças, pois, a sociedade em seu aspecto mutável e por si conflituoso, interage de forma constante para as transformações sociais. Com isso, os vários agentes que compõem as manifestações políticas e culturais, encontram no espaço urbano território de suas manifestações com as desigualdades oriundas das diferenças caracterizadas pelos conflitos de classes, ideologias e culturas.

A heterogeneidade que participa do espaço das cidades entra em conflito ao mesmo tempo que se complementam na própria produção do espaço urbano, pois, são nos conflitos sociais que se expõe os problemas de ordem econômica e social que causam as desigualdades, que por sua vez formam a dinâmica da mudança, presentes na paisagem, no espaço, no território (LEFEBVRE, 2001).

Os conflitos e suas diversas manifestações no espaço das cidades, adquirem um papel educativo no momento em que interpretam a realidade e competem para a prática da cidadania, pois, a formação de indivíduos ativos nas transformações e participativos para o bem da coletividade, são peças importantes para a leitura do espaço urbano. Cada cidadão possui e deve

se impor no direito de ter a cidade como o seu lugar, com suas aspirações, necessidades e atividades que as paisagens da cidade denotam e dialogam. Como afirma Cavalcanti (2008, p. 74-75):

A prática da cidadania inclui a competência para fazer a leitura da cidade. Ser cidadão é exercer o direito de morar, de produzir e de circular na cidade; é exercer o direito a criar seu direito à cidade, é cumprir o dever de garantir o direito coletivo à cidade.

Ler a cidade é estar em constante interação com suas mudanças, é saber que sua transformação sociocultural advém dos conflitos que denotam a diversidade e colaboram para o livre exercício da cidadania. E, os diferentes espaços das cidades tem seu papel diverso para as manifestações sociais, para a pluralidade cultural e a disseminação de ideias que canalizam a luta pelo respeito às diferenças e a modificação coletiva do próprio espaço geográfico, pois, as diferentes paisagens de uma cidade têm intrínseco o sentido de pertencimento que caracteriza o lugar e o direito que todos os cidadãos tem de ser, estar e mudar nas cidades.

O espaço urbano é caracterizado por Corrêa (1989, p. 09) como: “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais”, nesse complexo jogo de encadeamentos as sociedades se (re) constroem, no movimento e embate de relações, culturas e grupos sociais, materializando-as nas diversas paisagens que se encontram nos espaços urbanos, onde pode-se observar as disparidades econômicas e sociais.

Dentro dessas intensas relações estabelecidas no ambiente urbano, questionamos a quem pertencem as cidades? Segundo Spósito (2010) são os proprietários das grandes extensões de território, ocupados por lojas, casas comerciais e faculdades. Estes determinam também a dinâmica do crescimento das cidades, pois participam de decisões que direcionam o rumo do desenvolvimento urbano, selecionam locais estratégicos que apresentam mais lucros para implantação de comércios. O autor destaca também os “não donos” que a cidade tem, que são as pessoas com menor ou nenhum poder econômico, a estes ocorrem a exclusão do direito de cidadania, a falta de moradia e emprego, não participam da dinâmica de crescimento consciente e planejado das cidades.

A falta de um lugar para morar é um problema que assola famílias de diversas cidades brasileiras, o déficit habitacional é reflexo do acelerado processo de urbanização e ausência de políticas públicas voltadas para o mesmo, gerando a exclusão desses agentes que chegam a pontos extremos como morar em ruas, praças e locais insalubres, ou como alternativa a

atuação de movimentos sociais urbanos, que em seu caráter coletivo buscam modificar as condições de vida de um grupo de pessoas garantindo um local para morar ocupando áreas em aparente desuso, bem como a formação de favelas e cortiços, que em regra são locais com sérios problemas de saneamento básico.

Em cidades médias, aparecem os movimentos chamados ‘sem-teto’, ora mais ora menos organizados, sempre reivindicando a moradia, mas muitas vezes buscando apenas o terreno, sobre o qual, através dos sistemas de autoconstrução ou mutirão, as próprias famílias construirão suas casas. (SPÓSITO, 2010, p. 62).

Em regra, a ocupação de propriedades particulares ou pertencentes ao município, estado ou união que estão em aparente desuso geram muitos conflitos com o poder público, até ser de fato devidamente regularizado como bairro ou ocorrer a retirada de todos, mas para tanto engloba diversos fatores que contribuem para tomada de decisões especialmente o interesse político.

#### 1.1.1 Do direito à moradia às ocupações “irregulares”

O direito à moradia é um princípio básico previsto pela Constituição Federal, de 1988, incorporada pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000 no Título II, em Direitos Sociais, acompanhado de outros que garantem o mínimo para a manutenção de uma vida saudável a todos os cidadãos brasileiros. Este direito é garantido também em um tratado internacional que foi assinado pelo Brasil, onde é assegurado que todos têm direito à propriedade e que esta não pode ser retirada de forma arbitrária de seu portador, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi ratificada em 1948.

Contudo, muitos brasileiros não possuem um lugar habitável e salubre que possam chamar de moradia, com o avanço do capitalismo e a globalização muitas pessoas migram de pequenas cidades e interiores para grandes centros urbanos ou municípios que poderiam oferecer mais oportunidades de trabalho, mas nem todos têm a felicidade de conseguir algo que mantenha seu sustento e conforto, desta forma adaptam-se das maneiras que podem, vivendo a margem da sociedade.

Segundo Castro (2007, p. 56), “a urbanização acelerada e o desequilíbrio da distribuição de renda geraram as desigualdades sociais e econômicas no país, com o surgimento nas cidades de assentamentos humanos periféricos”, aliada à incapacidade do Estado e municípios de gerar políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento de empregos e integração social,

proporcionando geração de renda, estes fatores têm diversas consequências entre elas a ocupação de locais que não são destinados para esta finalidade, como espaços de preservação ambiental, encostas, beiras de rio e morros, gerando perigo e instabilidade.

De acordo com Shornadie e Fortunato (2015, p. 191):

O direito à moradia faz com que vários outros direitos possam ser assegurados, como a educação, a saúde, o lazer e o trabalho, ou seja, aquele que não tiver uma moradia adequada dificilmente conseguirá exercer seu direito à educação, estará exposto a intempéries, insalubridades e, também, encontrará dificuldades para conseguir um emprego ou estabelecer outras formas de relações sociais, pois na grande maioria das vezes é exigido um comprovante de residência para a contratação do trabalhador.

O conceito de ter uma moradia não consiste apenas em ter um teto sob a cabeça, mas todos os seus direitos devem ser assegurados como a coleta de lixo, o acesso à água potável, rede de fornecimento de água e energia elétrica, serviço público de educação com qualidade, saúde e trabalho de fácil acesso bem como uma infraestrutura que proporcione o pleno desenvolvimento das crianças e proteção à infância.

Está claro que a implementação e o cumprimento do direito à moradia adequada precisam do reconhecimento pleno, por parte dos Estados-membros, de que este é um direito humano fundamental. As nações devem incluir e integrar plenamente o direito à moradia adequada ao planejamento urbano e às políticas habitacionais, em todos os níveis de governo. Uma casa não é uma mercadoria - quatro paredes e um teto. É um lugar para viver com segurança, paz e dignidade, e um direito de todos os seres humanos. (ROLNIK, 2009, p. 2)

Segundo a autora, são muitos os impactos desse déficit habitacional, considerando as precárias condições de vida que essas pessoas ficam expostas, a ausência de infraestrutura e a consequente falta de reconhecimento legal ou administrativo vão além da privação material e ambiental impostas aos moradores de ocupações. Viver em assentamentos não regularizados deixa os habitantes sem o usufruto de um amplo espectro de outros direitos humanos, civis e políticos, ou econômicos, sociais e culturais (ROLNIK, 2009).

Nas últimas décadas o modelo de urbanização brasileiro excluiu de diversas formas a população de baixa renda, seja de forma social ou territorial, foi negado à uma parcela da sociedade não somente acesso à habitação, mas de um local urbanizado e regularizado que disponha de infraestrutura e serviços oferecidos pelo Estado como manutenção do serviço público (CASTRO, 2007).

## 1.2 A invenção do conceito de infância

A ideia de criança como hoje conhecemos é uma invenção da sociedade moderna e reflete o lugar historicamente assumido por ela em diferentes tempos e lugares (ARIÈS, 1981). Na Idade Média ela não se diferenciava do adulto a não ser pelo tamanho, era um “adulto em miniatura”. Comenius (1712-1778) a caracterizava como “arvorezinha do paraíso” que precisava ser irrigada e podada para verdejar e florescer. De acordo com a ideia de Rousseau (1712-1778) ela era essencialmente boa e que precisava ser protegida face ao mundo adulto.

Vê-se assim que é num cenário de ambiguidades que o conceito de criança se constituiu e que ainda hoje, temos dúvidas sobre quem é a criança sobre a qual muito se questiona e pouco se conhece. Quanto à ideia infância, geralmente predominou a concepção inatista que vê a infância como uma “fase ou etapa natural” da vida. Ao considerarmos como uma “fase” estaremos supondo que todos terão que passar por ela, o que na realidade não acontece.

Nota-se que cada momento histórico e social delinea uma concepção de criança, e de infância, de modo que é necessário compreender as relações que se estabelecem na sociedade como condição para compreender a criança não em sua essência, tampouco em sua condição biológica, mas como sujeito histórico. As transformações na concepção de infância e de criança hoje, numa sociedade que clama pela pressa, pela urgência e pela precisão têm instigado muitas discussões em torno do lugar da criança e da infância na sociedade moderna. Segundo Benjamin (2009) vivemos em um tempo que empurra a infância para frente e relaciona o desenvolvimento com o empobrecimento da experiência humana, num processo de alienação do ser. Ou seja, a perda da autonomia de refletir sobre sua própria condição o leva a agir da maneira automatizada.

Mas será possível inverter a lógica capitalista ou teremos que nos submetermos a ela? “O caráter de rápida transformação da vida social moderna não deriva essencialmente do capitalismo, mas do impulso energizante de uma complexa divisão de trabalho [...] através da exploração industrial da natureza” (GIDDENS, 1991, p. 16).

Neste sentido este autor se reporta a sociedade que não é produto apenas do capitalismo, mas, sobretudo de condicionantes industriais. Como desdobramento dessa sociedade que preza pela ideia de pressa e de “progresso”, o espaço para se viver a infância vai cada vez mais reduzido e se efetivando sob condições cada vez mais controladas pela indústria, pelos meios de comunicação, etc. Os espaços da criança e da infância estão sendo minimizados quando não, preenchidos por afazeres que há algum tempo eram “coisas de adulto”, o mundo da moda, salões de beleza, aulas de balé, de inglês etc. Ou ainda trabalho informal nas ruas, vendendo doces, salgados, ajudando nas feiras, cuidando de outras crianças etc.

A história parece ter se tornado linear, contínua. Já não se vê crianças e adultos em relações de diálogo, os mais velhos já não são referenciais de conhecimentos, parece haver um “ ‘enredo’ dominante por meio do qual somos inseridos na história como seres tendo um passado definitivo e um futuro predizível” (GIDDENS, 1991, p. 9). A partir desta ideia cabe-nos ponderar: Existe lugar para a infância e para a criança neste cenário? Qual é o lugar que a sociedade reserva à criança, às suas fantasias, aspirações e necessidades?

Os fundadores clássicos da sociologia como Marx, Durkheim e Weber apresentaram cada um a seu modo, algumas das faces das mudanças ocorridas na sociedade, entre elas, as dissidências, a degradação do trabalho industrial, o uso arbitrário das relações de poder, etc. Para eles, o ideal de modernidade deveria ser "usar a história para fazer história" esta seria a chave (GIDDENS, 1991). No entanto o que tem se desenhado é uma sociedade que tende esquecer-se de seu passado, esquecendo-se que já foi criança. Deste modo tende a lançar-se ao futuro como fuga de si mesmo, esquece que “a história não é um continuum vazio e homogêneo, mas um tempo saturado de agoras” (BENJAMIN, 2009, p. 55).

De acordo com esta ideia, não há uma linearidade movendo a história, tampouco uma relação causal guiando seu percurso, mas ela é feita de fragmentos que às vezes ficam perdidos lá na infância, justamente naquilo que aparentemente não tem importância para nós e por isto mesmo descartamos.

Em suas teses *Sobre o Conceito da História*, Walter Benjamin (p.226, 1987) faz referência à obra “Angelus Novus”, de Paul Klee que, segundo o filósofo, é a apresentação do anjo da história: olhos escancarados, boca dilacerada, asas abertas, o rosto dirigido para o passado. O que para nós é um acontecimento, para ele é uma catástrofe, acúmulo de ruínas. Seu desejo é deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos, mas a tempestade do progresso impede suas asas de fechar e o empurra para o futuro, ao qual ele vira as costas enquanto as ruínas crescem (SOUZA; PEREIRA, 1998, p. 32).

A contribuição benjaminiana que nos interessa para este momento é a abertura que ele dá para um diálogo profícuo entre o passado e o futuro, com esta abertura, de modo sutil permite pensar a na criança e suas vivências. Ao brincar ela valoriza aquilo que já não faz sentido pelos adultos, assim ela nos dá exemplos de sua capacidade de reconstruir o passado por meio da brincadeira e de suas interações com os objetos e com seus pares.

Por outro lado, o tempo o futuro tem sido a tônica dos discursos dos adultos, levando a criança a se preocupar com aquilo que há de vir, forçando-a esquecer-se do que ela é ou do que foi em função do que será. Mas por quem é construído esse tempo futuro? Pelos desejos ou pelas ações dos sujeitos?

“O que você vai ser quando crescer?” Estas são algumas das indagações que levam as crianças a sucumbirem à imagem preparatória de “serezinhos” para uma sociedade do futuro e a abdicar do presente como tempo de ser e estar criança. (KRAMER, 1998). As instituições sociais também parecem crer nessa necessidade emergente de um processo de preparação que segundo Foucault (2000) tornaria as crianças dóceis e disciplinadas por meio do trabalho.

Considerando que a cultura é um processo de troca e transformação, as crianças não estão apenas na condição de receptoras, mas dentro das possibilidades que lhes são conferidas, assumem posturas de produtoras de cultura. Geertz (2014) ao definir cultura, procura compreendê-la como um sistema de signos que formam “teias de significados” que norteiam e organizam a experiência humana. Nessa relação a criança aprende a ser homem/mulher, mas sua simples presença reorganiza as estruturas que já estavam postas num sistema de troca e de reciprocidade.

### **1.3 O espaço vivido: representações e impregnações culturais**

Para compreender o espaço vivido e suas representações simbólicas e culturais se faz necessário conhecer alguns conceitos que permeiam estas discussões, e para tanto nos embasamos nos estudos de Tuan (2018) que ancorados na Geografia Humanista e no estudo das percepções nos propõe pensar o espaço como algo abstrato, amplo, aberto e vazio que carece de conteúdo, enquanto o lugar é um centro de significado construído pela experiência, esta que é concebida em diferentes escalas, onde o lugar apresenta diferentes significados para diferentes pessoas que habitam ou frequentam espaços comuns.

O autor abre um leque de possibilidades, onde uma vasta gama de fenômenos pode ser considerada como lugar, independente de tamanho e características, são diversas as percepções do homem sobre os espaços vividos, e essa multiplicidade de lugares, legitimada pela experiência está impregnada de subjetividade e sentimentos. Segundo o autor, “viver em um lugar é experienciá-lo, é estar ciente dele tanto nos ossos, como na cabeça” (TUAN, 2018, p. 14), uma vez que este é construído a partir da experiência física, mental, sensorial, psicológica no espaço vivido: é centro de significado.

As cidades, para o autor, são lugares e centros de significado por excelência, onde os diversos espaços possibilitam ser experienciados de diferentes formas. No contexto atual, a infraestrutura das cidades reflete a forma como tem se valorizado a presença das crianças neste tempo-lugar, ou seja, pouco se destinam espaços para elas em termos de oportunidades de ser e estar num contexto coletivo, de vivências.

A sociedade tem reproduzido o pensamento propagado pelos veículos de comunicação cristalizando-os como verdadeiro e a repetição persiste torna-se a única verdade: “Lugar de criança é na escola”. A nosso ver o lugar de criança é em qualquer lugar que ela se sinta bem e protegida: em casa, na escola, na praça, na rua etc.

Analisamos que a forma como é veiculada a passagem na mídia, parece não haver, além da escola, espaços de aprendizagem, de aconchego e de interação cultural. Mesmo que a escola seja um destes espaços importantes, não é dada a criança liberdade de escolha e aí se pergunta. Qual escola? Que tipo de escola? Qual o lugar que esta escola ocupa na vida das crianças? Complementar a esta proposição, complementamos: Lugar de criança é na escola, nas praças e parques infantis, nos espaços públicos de modo geral no convívio com adultos, com outras crianças, usufruindo desses espaços com segurança.

Estes territórios também são profícuos para se experimentar as relações pessoais e interpessoais, a construção de identidade e de alteridades. Porém essas relações têm ficado cada vez mais restritas ao interior das instituições e com isso o desenvolvimento pleno da criança parece seguir um sistema cada vez mais invariante, padronizador, ou seja, “o tempo-lugar da infância, constituído de forma hegemônica nas práticas sociais do mundo moderno ocidental, enfatiza a linearidade e a cronologia”. (KRAMER; LEITE, 2010, p. 33).

Os sistemas capitalistas e industriais tendem a orquestrar uma adultização das crianças através das indústrias de brinquedos, de roupas, linhas de cosméticos, redes de lanchonetes e áreas de convivências, focado a criança como consumidora em potencial, embora esta não possua o poder direto de compra. Nesta faceta acaba valendo-se do poder de persuasão de algumas crianças sobre os pais para estimular o consumo dos adultos. De forma semelhante constrói espaços particularizados que delimitam espaços que reproduzem nitidamente a separação entre criança e adultos.

Estes aspectos nos remetem à falsa impressão de supervalorização da criança, de zelo e proteção, entretanto embute o consumismo desenfreado e aumenta o abismo entre adultos e crianças quando este encontro poderia ser formativo. Pensamos que o caminho para a consolidação do reconhecimento da criança como sujeito de direitos capazes de produzir cultura, passa necessariamente pela visibilidade que lhe é conferida face à sociedade em que vive, ou seja, o espaço e a importância que ela ocupa no contexto social.

Nossas discussões assumem que a territorialidade não se define pela localização espacial, tampouco pela origem de um indivíduo, seu lugar de nascimento, mas tem a ver com pertencimento, ou seja, com a construção de relações de intersubjetividades e formas específicas de viver e se relacionar em determinado contexto.

De acordo com Corrêa e Rosendahl (2006, p.148): “A identidade de uma cidade, vista como lugar dotado de singularidade que o distingue de outros pode ser de modo marcante o resultado de uma construção intelectual, derivada de uma tradição étnica cujos traços são permanentemente recriados”. É nesse universo de diversidades e de formas de viver, imaginar/criar e existir, a criança habita o imaginário e exercita sua criatividade participando das mais diversas atividades, na brincadeira, no jogo, nos afazeres cotidianos.

Há, portanto uma relação intrínseca entre o homem e seu lugar. Santos (2006, p. 50) ressalta que “quando, através do trabalho, o homem exerce ação sobre a natureza, isto é, sobre o meio, ele muda a si mesmo, sua natureza íntima, ao mesmo tempo em que modifica a natureza externa”. Portanto pensar que não há uma única cultura é o princípio para o reconhecimento de que não se pode sobrepor como monopólio um único modo de ser e de viver.

## **CAPÍTULO II: PERCURSO METODOLÓGICO**

### **2 CAMINHOS DA PESQUISA: NAS TRILHAS DA INFÂNCIA**

Conhecer como as crianças pensam sua própria realidade foi tarefa que exigiu respaldo de diferentes áreas, a fim de desconstruir visões cristalizadas e, muitas vezes estereotipadas de que as crianças não sabem nada e que ou que não tem nada a dizer. Crianças têm consciência de seus direitos e deveres, embora o campo do direito de cidadania ainda seja tema ainda pouco vinculado à criança, geralmente ao se falar de cidadania, se pensa naquilo que os adultos necessitam e buscam consolidar para sua vida em sociedade.

Pensando na criança como sujeito que tem valor em si mesmo, procuramos desenvolver este estudo mudando o eixo e a perspectiva que tem imperado, ou seja, o que pensamos sobre as crianças e suas realidades/necessidades dará lugar para como as crianças se percebem e percebem as políticas que fazem parte ou não em seu dia a dia.

É comum que elas não tenham conceito formulado do que vem ser políticas públicas, mas é notório em suas formas de expressão, seja nas rodas de conversa ou nos mapas mentais que há uma ideia guiando suas formas de representar suas realidades e um jeito singular de apresentar aquilo que é relevante e necessário à sua vida na Ocupação.

A pesquisa foi desenvolvida por meio dos aportes e pressupostos da etnografia (GEERTZ, 2014), pois além de permitir a aproximação com os sujeitos da pesquisa, também permitiu que lançássemos mão de estratégias e instrumentos que se complementam e ampliam as perspectivas do objeto que se quer interpretar. Desse ponto de partida utilizamos o mapeamento das representações que as crianças fazem do lugar em que vivem, focalizando nas formas de viver na Ocupação, no cotidiano que forja a suas vivências enquanto cidadãs, a partir delas mesmas.

Além dos mapas mentais, alvo principal do “recolhimento de dados”, as rodas de conversa e as entrevistas aos adultos, moradores do local, sejam pais ou responsáveis foram fundamentais para melhor compreender o que as crianças pensam acerca de suas vivências no contexto da Ocupação Castanhal.

Para isso articulamos nossos olhares e indagações para o que dizem os sujeitos e como pensam suas próprias condições de existência. Nesse entendimento a imersão no contexto de pesquisa foi essencial, tendo em vista a necessidade de construção de dados com os sujeitos e por eles mesmos.

Embora a sociedade tenha sido pensada e preparada para a criança por adultos “bem-intencionados”, deve-se considerar que esta não é passiva no processo de apropriação da cultura, elas vivem suas culturas e reestruturam por meio de suas vivências cotidianas (FIGUEIREDO, 2017). Embora elas estejam em todos os lugares: escola, ruas, praças, parques e interior de suas casas, pouco “olhamos” para aquilo que elas experimentam em diferentes espaços e como ressignificam o lugar em que vivem por meio de suas culturas lúdicas e também pelo trabalho.

Desse ponto de partida é que buscamos conhecer o contexto social das crianças sob as suas próprias perspectivas, para isso, buscamos conhecer como vivem suas infâncias na Ocupação do Castanhal na cidade Parintins. Nosso propósito foi prioritariamente trazer à luz aquilo que pensam sobre seu local de vivência sem deixar que suas percepções ficassem presas no universo do adulto, esperando para ser validada, também não pretendíamos cair nas armadilhas do discurso do “dar voz”, afinal não somos nós adultos que as dotamos de *phono*.

É nesse percurso que a postura do pesquisador é de muita cautela para não sobrepujar as percepções e perspectivas das crianças, mas também não deixá-las falando num vazio. Por isso vale ressaltar que nossas análises e interpretações são norteadas pela fenomenologia concretizada nos parâmetros qualitativos e seus fundamentos cujas interpretações das ações dos indivíduos, dos grupos e de suas realizações estão para além da mera constatação, tampouco da dedução imediata do que pensam e dizem.

Este tipo de abordagem qualitativa concebe as relações que se estabelecem entre os sujeitos como uma apropriação não-linear, ideia que encontra ressonância em Chizzotti (2003) quando afirma que o conhecimento está sempre em busca de confrontos e que estes acontecem numa relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, na interdependência entre sujeito/objeto, mundo de objetividades/subjetividades.

Diante dessa característica relacional que não é adepta da mera constatação, mas no contexto de uma fenomenologia que procura compreender melhor o fenômeno de tal modo que o pesquisador ao buscar conhecer e compreender determinada realidade ou estruturas da experiência humana, também atribui sentido. Trata-se de conhecer a realidade das crianças, buscando nelas próprias a percepção imediata de sua realidade concreta, ou seja, o pesquisador lança-se ao desafio incessante de um alcance da memória, do pensamento e da emoção (FIGUEIREDO, 2017).

Tomamos como contexto para a pesquisa a então Ocupação Castanhal situada no entorno da cidade de Parintins, decorrido de processos ocupações urbanas “irregulares” do

ponto de vista legal, mas que se constituíram em oportunidade de moradia para centenas de famílias vindas de diferentes locais do município e cidades vizinhas. (FIGUEIREDO, 2017)

Desse campo de pesquisa focamos em 02 grupos compostos por 05 crianças sendo cada um dos grupos formados em pontos diferentes dessa localidade selecionada. Para que as práticas de pesquisa fossem bem-sucedidas, utilizamos como critério para a formação dos agrupamentos a proximidade ou afinidade entre as crianças nas realizações de atividades coletivas ou individuais, o critério de idade foi entre 04 e 12 anos, este embora fosse considerado, não foi o principal critério norteador das formações intergrupais.

A vida cotidiana das crianças foi alvo das nossas buscas e frutos de nossas indagações, procurando estabelecer vínculos entre as próprias formas das crianças em compreender o espaço e a si mesmas, assim como as formas de significações e representações de seus modos de viver.

Devido ao fato de que as compreensões das relações intersubjetivas só podem ser efetivadas mediante a aproximação com a realidade como possibilidade de descrição densa dos aspectos simbólicos e das construções representacionais dos grupos de crianças pesquisados (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Por meio da descrição, seja dos diálogos ou das atitudes observadas foi possível tecer um “olhar” interpretativo sobre a realidade.

Isto envolve questões complexas em termos de lidar com os aspectos da alteridade humana e de compreender com clareza as diferenças no modo de pensar ou subjetivar o mundo por parte de determinados grupos, sem que o eu se sobreponha ao outro.

Também aplicamos a técnica de entrevistas semiestruturadas direcionadas aos adultos, de modo mais particular. As entrevistas foram formas de abordar coletivamente os moradores da localidade para, compreender e elucidar eventos que por ventura puderem ser ainda mais esclarecidos, assumimos que deverá ser o olhar das crianças o ponto fulcral deste estudo, porém, foi necessário capturar informações adicionais para melhor entendimento do que dizem.

Esta sem dúvida foi uma tarefa complexa por seus riscos de sobreposição dos pontos de vista, pois “o mundo visual das crianças é especialmente difícil de descrever porque somos tentados a atribuir-lhe as categorias bem conhecidas do mundo visual do adulto” (TUAN, 1983, p. 24).

Nesse sentido, conforme Figueiredo (2017), procuramos respeitar o que foi dito e como foi dito como forma de preservar as construções mentais dos sujeitos, os dados gerados/produzidos pela inserção do pesquisador no campo de estudo, seja pela observação direta, pelas rodas de diálogo ou pelas entrevistas foram registrados e sistematizados em caderno de campo, assim como as gravações em áudio, registros fotográficos (com devidas autorizações tanto pelos adultos quanto pelas próprias crianças), todos compõem um conjunto

de informações que colaboraram para o processo de análise por meio da triangulação das informações.

A entrada no campo de pesquisa ocorreu de forma natural, a inserção no ambiente de pesquisa ocorreu de forma lenta, para que pudessem acostumar-se com nossa presença, durante os diálogos buscamos manter as crianças a vontade e livres para participar, algumas mostraram-se retraídas a princípio, mas logo já estavam participando ativamente.

A primeira entrevista foi realizada com o presidente da comunidade Kildson Almeida, 27 anos, que nos recebeu em sua casa, para que pudséssemos coletar informações da Ocupação, bem como pedir autorização e falar sobre a pesquisa. Fomos muito bem recebidas e por meio de sua fala tivemos conhecimento da situação atual da comunidade do Castanhal nos contextos político e social.

Em um segundo momento fomos a campo em busca das crianças, selecionamos grupos que já havíamos observado por alguns dias que sempre estavam interagindo com a Comunidade, brincando nas ruas, em frente as suas casas em pequenos grupos. Antes de ter acesso as crianças buscamos conhecer seus pais para que nos autorizassem a entrevista-los, em seguida iniciamos nossa roda de conversa e a produção dos mapas mentais.

Para análise dos mapas mentais produzidos pelas crianças fizemos uso da metodologia desenvolvida por Kozel (2007), que nos permite decodificar aspectos inerentes ao contexto da Ocupação Castanhal a partir das experiências vividas pelas crianças que residem nesse espaço. Segundo as autoras Lima e Kozel (2009, p. 05), “os mapas mentais são desenhos concebidos a partir das observações sensíveis, da experiência humana no lugar e não se baseiam em informações precisas e rigorosamente estabelecidas”.

A existência é intermediada por símbolos e estes são internalizados de diferentes formas e uma delas é o desenho, que esteve presente em muitos momentos ao longo do desenvolvimento humano como forma de expressão, bem como nos dias atuais. O presente método nos revela muito sobre os sujeitos que o produzem há uma estreita relação do homem com a realidade vivida e sua subjetividade.

Os mapas mentais nos permitem avaliar os fatos por meio da percepção, pois é fruto da imagem percebida e do registro perceptual do sujeito (LIMA e KOZEL, 2009). De acordo com Kozel (2013, p. 145) “os mapas mentais podem ser elaborados com objetivos variados, com o intuito de desvendar trajetos, lugares, conceitos e ideias”, este recurso pode ser explorado de diferentes maneiras e nos fornece um rico material, e possibilitou apreender a percepção de um grupo de crianças que residem na Ocupação Castanhal, as formas que veem o local e como vivenciam suas infâncias diante das particularidades que o contexto as impõem.

Para tanto, selecionamos dois grupos separados com crianças que tem seu convívio em comum, seja nas brincadeiras e/ou vizinhanças, nos reunimos na varanda de uma das casas com a permissão dos responsáveis pelas mesmas e explicamos sobre o que se tratava a pesquisa e falamos da importância de suas participações e neste sentido não há certo ou errado, mas percepções. Colocamos as crianças distanciadas para que pudessem expressar-se livremente sem a interferência do colega.

Para a produção dos mapas fornecemos giz de cera, folha de papel A4, lápis preto e as deixamos livres para que pudessem utilizar outros materiais de seu gosto como caneta esferográfica. O objetivo da atividade era produzir um mapa mental a partir da pergunta “Como é o lugar que você mora?”. Ao longo da produção mantivemos um diálogo amistoso e algumas crianças que se sentiram à vontade apresentaram seus desenhos, nos explicando os detalhes do mesmo. Os diálogos e apresentações foram gravados e observações anotadas no caderno de campo.

A leitura e interpretação dos mapas mentais foram direcionadas pela “Metodologia Kozel” (2007), a autora destaca alguns passos que devem ser seguidos para dar credibilidade às produções e apropriações devidas ao passo em que se interpreta cada mapa produzido. Para ela é necessário, em princípio, interpretar a forma de representação, ou seja, olhar detidamente os elementos representados, a fim de perceber neles o que mantém de certa forma recorrente, mas também os contrastes como letras e palavras que surgem para legendar ou elucidar alguns ícones.

Num segundo momento, a autora orienta que é necessário perceber organização espacial dos elementos e a sua forma de distribuição no papel, as linhas, os traços e a composição dos planos bi ou tridimensionais, ou seja, interpretação quanto à distribuição dos elementos na imagem. Dessa forma, ela nos direciona à interpretação quanto à disposição dos elementos nos mapas mentais, as formas podem aparecer na horizontal ou vertical, de forma isolada ou dispersa, imagem em perspectiva ou de forma circular.

Posteriormente, a autora nos direciona à interpretação e especificidade dos ícones, suas especificações, este que nos requer mais atenção e interpretação detalhada, pois as representações simbólicas são mais complexas e dizem muito sobre a subjetividade dos participantes da pesquisa, a autora destaca quatro elementos a serem considerados: Representação dos elementos da paisagem natural, Representação dos elementos da paisagem construída, Representação dos elementos móveis e a Representação dos elementos humanos.

Em último momento a autora nos orienta quanto a apresentação de outros aspectos ou particularidades. O último quesito trata das particularidades de cada pesquisa, itens que podem

diferenciar, mensagens ou itens que podem estar vinculados aos mapas e temas propostos para as representações.

As etapas acima elencadas nos permitiram fazer uma leitura mais completa e aprofundada dos mapas mentais considerando vários aspectos que poderiam passar despercebidos em uma leitura sem direcionamentos. Buscamos fazer as visitas para coleta/geração de dados nos finais de semana para encontrar a maioria das crianças em casa, juntamente com os seus responsáveis.

## **CAPÍTULO III: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

### **3 OCUPAÇÃO CASTANHAL: ESPAÇOS, SONHOS E LUTAS**

A Comunidade do Castanhhal foi criada a partir de uma ocupação coletiva de pessoas vindas da zona rural e de bairros próximos ao terreno onde se concentram esse grupo de famílias, representa para os que ali residem, a oportunidade de ter uma moradia digna e uma forma de atenuar os desafios desse problema grave que o Brasil enfrenta que é a desigualdade social no processo de urbanização. Conhecer essa realidade nos possibilita a desconstrução da forma preconceituosa e estereotipada de se referir a essas localidades quando se tratam das ocupações que se deflagraram na cidade de Parintins nos últimos anos.

Desta forma, buscamos conhecer como as crianças vivenciam suas infâncias no contexto da Ocupação, bem como percebem o local e seus desafios dentro desse movimento de construção urbana. Optamos por direcionar os estudos às percepções das crianças, seu modo de pensar o mundo a partir de suas experiências vividas na intensidade das relações sociais e no limiar dos seus direitos à cidadania.

Com a autorização das crianças e de seus pais ou responsáveis mantivemos seus nomes em nossos escritos, para que se sintam valorizadas e ouvidas. A pesquisa social tem sido questionada quanto à autoria de seus sujeitos, ou seja, se quer dar visibilidade a estes atores sociais, então, não se pode omitir os nomes, a não ser que a pesquisa coloque em situação de constrangimentos ou de vulnerabilidade.

Assim, este estudo permite que as vozes das crianças apareçam em primeira instância, mas estas não podem ficar aprisionadas nas tramas de nossas análises, o que queremos é compreender o que pensam, conhecer o modo como se posicionam considerando o contexto a partir daqueles que participaram ativamente de sua construção, ou seja, as crianças. Por meio desse entendimento é que nós, pesquisadoras, fazemos a tessitura de nossas análises, fator que nos permite contextualizar as falas dos sujeitos e seus modos de pensar.

Para isso, reunimos informações acerca da Ocupação, sua origem e as motivações que a constituíram como espaço de singularidades e de luta por moradia e inserção no contexto microcosmos e no plano político da sociedade. A colaboração das lideranças instituídas pela coletividade dos moradores, especialmente pela diretoria representada pelo então presidente da Comunidade, senhor Kildson Almeida, 27 anos, que nos forneceu dados suficientes para compreendermos aspectos específicos do histórico da Ocupação, o modo como encara a vida na comunidade e sua forma de compreensão da sociedade atual.

### 3.1 Desafios de viver nas incertezas da realidade urbana

Para abordar as questões que envolvem determinado contexto de pesquisa com mais propriedade foi necessário aprofundar conhecimentos sobre a Ocupação Castanhal, isso tornou-se imprescindível diante do nosso objeto de investigação, pois tratava-se de um contexto amplo e complexo que envolvem relações sociopolíticas nos mais diversos aspectos, sejam eles econômicos, políticos, culturais ou sociais. Para tanto, o levantamento de informações se deu nos moldes de entrevistas e até mesmo de história oral sobre o Castanhal, uma vez que ainda não se tem registros formalizados. Porém pudemos contar com o representante da comunidade que nos permitiu elucidar itens importantes para a compreensão da vida na Ocupação.

O senhor Kildson Almeida, por meio de uma entrevista que realizamos em sua casa, na Ocupação, nos revelou sobre a complexidade do cargo de liderança que ocupa e dos desafios que enfrenta juntamente com os demais membros da diretoria para a regulamentação do terreno ocupado, além de revelar aspectos do dia a dia e os desafios quando se refere a ausência de políticas públicas.

Questionamos sobre as dificuldades que a comunidade enfrenta na atualidade, o entrevistado nos afirmou que a infraestrutura que a Ocupação Castanhal dispõe é precária em termos de segurança, distribuição de água potável, energia elétrica que é ainda improvisada o que compromete uma vida com dignidade a qualquer cidadão.

Quadro 1: Entrevista com o representante da Ocupação.

PESQUISADORA	REPRESENTANTE DA COMUNIDADE
Quais as maiores dificuldades que vocês enfrentam atualmente?	<i>Atualmente, as coisas que as famílias enfrentam, nós enfrentamos aqui é uma infraestrutura, uma água que não é potável, a energia que não é boa, segurança pública, saúde, inclui todos esses fatores.</i>

Fonte: Arquivos de pesquisa de campo, 2019

O crescimento do espaço físico das cidades sem um projeto de urbanização que viabilize a expansão territorial de maneira igualitária tem sido a tônica dos diversos problemas de déficit habitacional e suas consequências que levam a população mais pobre a disputar investimentos que quase sempre lhes são negados. A questão do saneamento básico está no centro das discussões sobre as políticas públicas ou a falta delas nas comunidades formadas por Ocupações, no caso do Castanhal também é um problema que assola a vida na comunidade.

A falta de estrutura de água encanada, coleta de lixo, fossa séptica e rede de esgoto são fatores básicos para qualidade de vida, ou seja, o mínimo que uma comunidade precisa para viver com dignidade. Sabemos que em uma ocupação, as condições são precárias e limitadas, com “gatos” nas redes elétrica e hidráulica, lixeiras viciadas e sanitários improvisados, expondo as pessoas ao perigo de contaminações por doenças.

Essas condições precárias onde os serviços públicos não chegam e impõem condições adversas que potencializam a susceptibilidade da população mais pobre a condições precárias de moradia e acesso ao saneamento básico. Apesar destes fatores, Ocupação representa para esses moradores bem mais que um território que os mesmos habitam, mas seu lugar de história e vivências, em virtude de seu sentimento de pertencimento, Santos (2006) ressalta que através do trabalho, o homem exerce ação sobre o meio, e ao mesmo tempo que modifica a natureza ele muda a si mesmo, sua natureza íntima. Dessa forma, sendo seres ativos, sociais e históricos, o homem age na transformação do mundo material ao mesmo tempo que apreende aspectos que modificam suas ideias, comportamentos e visões de mundo.

No decorrer do diálogo com o representante, ao pensar sobre o que esse local representa para si e para sua família, ele é enfático em dizer que:

Quadro 2: Entrevista com o representante da Comunidade.

PESQUISADORA	REPRESENTANTE DA COMUNIDADE
O que esse lugar representa para o senhor e sua família?	<i>“[...] é o nosso lar, né? [...] a gente já sente um lugar que é nosso, mesmo não tendo a infraestrutura, não tendo esse saneamento básico que a gente necessita, a gente já se sente nosso lar e eu acredito que assim como pra outras famílias [...] a gente fica feliz porque num lugarzinho que a gente tá, né que a gente tem nosso próprio espaço, a gente tem nossa liberdade de família, né então eu sinto isso, né. É importante, eu acredito que pra nós ter nosso próprio lugar, principalmente nós que temos filhos e tudo mais”</i>

Fonte: Arquivos de pesquisa de campo, 2019

Em seu discurso percebemos a construção dos conceitos de espaço e lugar, o espaço da Ocupação apresenta-se inapropriado para moradia, por não possuir a infraestrutura adequada e por ser uma área de preservação ambiental, contudo o entrevistado, em virtude de suas vivências, já o caracteriza como seu “próprio lugar”, pois aquele local já está dotado de

sentimentos, lembranças e expectativas futuras. De acordo com Tuan (1983, p. 22) “no homem adulto são extremamente complexos os sentimentos e ideias relacionados com o espaço e lugar. Originam-se das experiências singulares e comuns”.

Questionado sobre os movimentos de ocupação e suas causas o entrevistado aponta o grande crescimento populacional e a falta de políticas públicas eficientes para atender a demanda de pessoas seja em moradia como oferta de empregos e comenta ainda acerca das ocupações que ocorreram nas últimas décadas no município.

Quadro 3: Entrevista com o representante da Comunidade.

PESQUISADORA	REPRESENTANTE DA COMUNIDADE
<p><i>O que senhor pensa sobre esses movimentos de ocupação, por que isso acontece com tanta frequência em nossa cidade?</i></p>	<p><i>[...] eu penso desses movimentos de ocupações, que eu não gosto de falar invasões, Ocupações. É voltado há anos atrás se iniciou no nosso município esses movimentos, se gera muito por justamente nosso déficit que aumentou com o tempo, acredito que já ultrapassa de 10 mil, né então incluindo esse déficit habitacional no município, incluindo o desemprego, né, que muitos não têm condições de pagar aluguel então se gera essas ocupações no município, e aí cresce esses movimentos no município de Parintins. Então acredito que... eu posso até ser contra uma ocupação de terra, mas a minha necessidade de ocupar um lugar, de não ter um... lugar pra mim morar, ou de não ter um lugar que o governo ofereça em projeto, então isso faz com que aconteça no município, pode ser em terras privadas e terras municipais, um exemplo, né, ou estaduais, no nosso caso aqui é do município, né, mas ali tem outras ocupações que tão em terras privadas, então acredito que, por essas necessidades essas situações ocorrem em Parintins e onde que os movimentos são muito discriminados não tem um bom olhar pela população nem pelo poder público que é o primeiro a discriminar os movimentos.</i></p>

Fonte: Arquivos de pesquisa de campo, 2019

O processo de urbanização do município ocorreu de forma lenta e desigual, ao longo de sua formação surgiram diversas ocupações “irregulares” em propriedades privadas ligadas a fazendeiros da região. Na década de 90, o município sofreu com grande crescimento populacional, derivado de um intenso fluxo migratório de pessoas vindas de áreas rurais próximas ao município (CARVALHO, 2017).

Sendo o município polo, Parintins serve de referência nos campos educacionais, de atendimento médico e emprego para populações interioranas, de cidades circunvizinhas e de outros estados, o que torna a cidade local de intensa migração. Esse fenômeno nem sempre é acompanhado de políticas públicas que garantam a estrutura para a integração dessas pessoas ao ambiente urbano do município, ocasionando uma série de problemas sociais resultantes principalmente do déficit habitacional. Fatores estes que contribuíram para o agravamento dos problemas urbanos da época, o inchaço populacional trouxe à tona algumas problemáticas, entre elas a falta de moradia que aliada a interesses políticos resultaram nas primeiras ocupações. (SOUZA, 2013)

As duas primeiras ocupações ocorreram na fazenda Itaúna, pertencente ao empresário Paulo Corrêa, onde ambas tiveram participação e apoio de lideranças políticas, religiosas, movimentos sociais e comunitários. Os grupos de ocupantes eram compostos por famílias de baixa renda, pessoas vindas do interior e de outros bairros da cidade que buscaram por meio das ocupações uma alternativa de garantir uma moradia.

Outro bairro que nasceu de ocupações “irregulares” da fazenda Itaúna foi o Paulo Corrêa, cujo crescimento desordenado, ocasionou um dos maiores êxodos rurais da história da cidade, influenciados pela origem dos três bairros resultantes de ocupação na época (ANDRADE, 2009). O inchaço populacional ocasionado pelas ocupações teve grandes influências na paisagem urbana, bem como na dinâmica da cidade.

No ano de 2008, ocorreu mais uma ocupação na propriedade pertencente ao senhor Paulo Corrêa, pessoas vindas de bairros vizinhos, áreas rurais e outros municípios ocuparam o local e após diversos conflitos dos ocupantes com o poder público a prefeitura comprou as terras e hoje temos o atual Bairro da União (NORONHA, 2011).

Fazer um retrospecto das ocupações “irregulares” que se deflagraram na cidade de Parintins nas últimas duas décadas nos permite uma reflexão acerca do processo de urbanização da cidade, um crescimento rápido e desordenado resultado de um intenso fluxo migratório, aliado a fatores econômicos e sociais, como a falta de empregos para a população.

A Ocupação Castanhal teve início dia 28 de maio de 2016 às 08 horas da manhã, com a presença de aproximadamente 50 famílias, e atualmente, com a expansão da Comunidade, conta

com 500 famílias. Estas que vieram de diversos pontos da cidade, mais comumente dos bairros Itaúna I, Itaúna II, Paulo Corrêa, Bairro da União e pessoas da Zona Rural.

Em comparação com as demais Ocupações que ocorrem na cidade de Parintins no mesmo período de tempo, a exemplo do Bairro Lady Laura e Pascoal Alággio, esta possui um diferencial, pois está localizada em uma área de preservação ambiental, em virtude da presença da Castanheira-do-Brasil (nome popular), por isso o nome da Ocupação, este fator gera diversas discussões entre moradores, ambientalistas e agentes do poder público municipal e estadual.

Com isso, a ocupação do local passa a ser vista como crime ambiental, pois segundo a lista divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente (2014), a espécie *Bertholletia excelsa* (Castanheira-do-Brasil) presente no Bioma Amazônico, devido ao intenso desmatamento, encontra-se ameaçada de extinção, acarretando assim a preservação dos exemplares ainda existentes. O que viola a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998), referente as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, mais especificamente das seções que trata das infrações cometidas exclusivamente em Unidades de Conservação e dos crimes contra a flora brasileira.

Em virtude dos aspectos apresentados, os moradores da Ocupação vivem em intensa instabilidade, pois ainda não tiveram uma resposta do poder público, e há 5 anos convivem com a incerteza se vão continuar no local e se estabelecer ou serão removidos assim que não tiver mais interesse para as relações de politicagens presentes ali. De acordo com o presidente da comunidade, não há muitas propostas do governo atual, mas em suas visitas à Parintins busca manter o diálogo, preservando a esperança de mantê-los na Ocupação de forma legal.

Segundo o senhor Kildson Almeida, há muitas lutas a serem superadas até o devido reconhecimento do bairro, por enquanto está tudo indefinido. A prefeitura solicitou o levantamento topográfico do local para ter conhecimento de quais áreas seriam viáveis para ocupação, muitas famílias serão removidas não somente as que estão próximas das castanheiras, mas especialmente as que se estabeleceram nas beiras do rio, em consequência disso é possível que haja conflitos até a possível remoção e regularização das demais, bem como a padronização dos lotes.

Até que de fato a Ocupação seja efetivada como bairro ainda levará algum tempo até que todos os direitos dos cidadãos sejam de fato efetivados, como a construção de escola e posto de saúde próximos que atendam a todos os moradores, o asfaltamento das ruas e implementação de postes para levar luz elétrica de qualidade, coleta de lixo e segurança, oferecendo infraestrutura básica para a manutenção da cidadania.

### 3.2 Mapeando e criando

Diante da realidade social que muitas famílias enfrentam no Castanhal, as falas do líder comunitário refletem as condições concretas comuns às famílias que lá vivem, estas circunstâncias afetam diretamente a vida das crianças. Mas não podemos dizer o que elas pensam e sentem por nós mesmos, do alto de nossa visão adultocêntrica e sim considerar suas falas e percepções do ambiente.

Como elas são sujeitos desta pesquisa, o que pensam e sentem ganham lugar de destaque. Neste sentido, nosso propósito é dar visibilidade às percepções das crianças sem deixar de problematizar a realidade concreta em que suas famílias vivem, mas queremos assegurar que as crianças assumam o protagonismo e para isso as suas vozes precisam vir à tona.

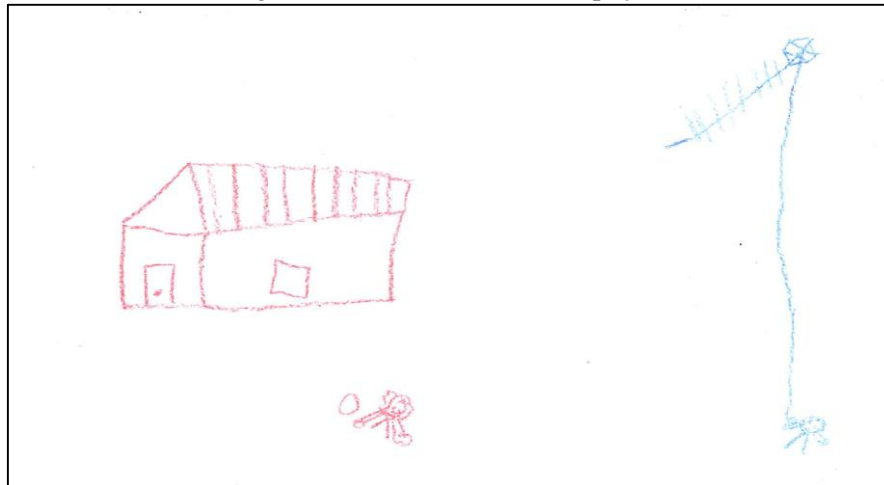
As vozes das crianças são dignas de serem ouvidas, mas não somos nós adultos e pesquisadores que damos a ela a dádiva de falar, estas falas existem independente de nós, apenas nos valemos da função de adulto/pesquisador para perceber através dos olhos das crianças que lá vivem os desdobramentos de suas infâncias no contexto da Ocupação Castanhal.

É nessa perspectiva que nos propusemos a refletir como estes atores sociais vivenciam os espaços diante dos desafios da ausência de políticas públicas e se constroem cidadãos nesse contexto. Para tanto, fizemos uso de mapas mentais e rodas de conversa, no qual buscávamos deixá-las à vontade para que se sentissem acolhidas e livres para participar de forma mais ativa do diálogo.

Trata-se de uma escuta antropológica a fim de aprofundar nossos conhecimentos permeados pelas destrezas que as crianças têm de comunicar. Assim os mapas mentais foram formas de expressão que optamos, para além das rodas de fala que também nos ajudaram a compor este estudo. Ambas estratégias metodológicas são vieses de caminhos de escuta, formas de potencializar as vozes e expressões infantis.

Cada mapa reflete um universo a ser percebido, cada traço conta uma história e resume um ponto de vista a ser considerado por elas. A figura 01, Brincadeiras na Ocupação, foi feita por Arlenildo Costa, 07 anos de idade, no início estava retraído em participar da pesquisa, mas a partir de nossa interação e interesse em aproximação no sentido de conhecê-lo, saber de seus gostos, logo ele se sentiu seguro em participar e começou a falar sobre as brincadeiras que mais gostava e com os amigos da rua que brincava: *“Eu brinco aqui na frente de casa de bola ou no campinho que tem ali atrás e de papagaio, quando a mamãe deixa, eu brinco mais com os meninos aqui da frente, né? Eles são mais legais e fica perto de casa”*.

Figura 1 - Brincadeiras na Ocupação.



Fonte: Arlenildo Costa, 7 anos.

O desenho apresenta tecnicamente linhas e figuras geométricas que compõem os elementos explorados no mapa, as formas aparecem dispostas horizontalmente, onde a criança distribui os elementos ainda dispersos, mas nos apresenta elementos que se referem ao seu vínculo afetivo no cotidiano: a sua casa próxima, ao centro do mapa e duas crianças, brincando de bola e papagaio, brincadeiras que são comuns na Ocupação Castanhal e, segundo ele, são suas brincadeiras preferidas.

A disposição dos elementos e a proximidade dos sujeitos à casa aliada às falas da criança nos ajuda a compreender melhor as relações intensas que acontecem entre a sua casa e o mundo. Nesse sentido, as brincadeiras funcionam como o elo entre sua casa e o mundo, no contexto da Ocupação Castanhal as brincadeiras vivificam a atividade social e se apresentam como centro do universo infantil, como se o entorno fosse plano de fundo para a atividade do brincar.

Ao jogar simbolicamente ou imaginar e imitar, a criança cria um mundo que não existem sanções, coações, normas e regras, provenientes do mundo dos adultos, o que possibilita a ela transformar a realidade com o objetivo de atender as suas necessidades e desejos. Evidencia-se, assim, a importância da função simbólica como meio que permite à criança expressar seus desejos, conflitos, etc. e adaptar-se gradativamente ao meio em que vive (FREITAS, 2010, p.146).

Ao passo que caminham descalças pelas “ruas” barrentas da Ocupação, brincando com suas bicicletas e bolinhas de gude, correndo atrás de seus papagaios, as crianças vivenciam o espaço a sua maneira, ressignificam e buscam adaptá-lo conforme suas necessidades, independente da precariedade que este apresenta.

Diferente do adulto, as crianças olham para o mundo com certo encantamento, ela carrega poesia no olhar e vê oportunidades de brincar onde os adultos veem caos. Isso não invalida as nossas percepções de mundo e de contraste entre realidades sociais vividas num mesmo espaço-tempo por diferentes crianças. Para alguns, o direito de brincar e viver com segurança, enquanto às outras, cabe a precariedade de uma vida desprotegida das mazelas que assolam a sociedade de modo em geral.

Nos traços de Arlenildo, as possibilidades que temos de “olhar” nos levam à interpretação que as cores que circunscrevem o ato de brincar, demonstra leveza e nos coloca diante de um plano bidimensional cujas ações e ritmos são mobilizados pelo brincar. A natureza não aparece no entorno, apenas o brincar, a casa, no sentido de abrigo e o mundo afiguram nos traços que representam as experiências que a criança vive enquanto brinca.

Francesco Tonucci (2021), apresenta as crianças como sensíveis indicadores ambientais, compara-os a vagalumes e mariposas, pois segundo os ambientalistas, a falta destes sensíveis insetos indica que há uma contaminação muito forte no local. Se em uma cidade não há crianças se movendo sem a presença de adultos entre eles, jogando nos espaços públicos da cidade, como os parques, terrenos livres e ruas, a cidade está enferma, deve-se fazer ações políticas para que as crianças voltem a frequentar os espaços públicos.

Nas falas de Arlenildo, o brincar em frente à sua casa, sob a vigilância de sua mãe, manifesta uma intensa preocupação dos pais com a violência que ronda o ambiente, marcado pela pouca efetividade de políticas públicas de segurança que não se limita, especificamente a esse contexto, mas que nele parece acentuar-se e ganhar maior notoriedade do ponto de vista dos adultos, mais que das próprias crianças.

Moradores da Ocupação desenvolveram estratégias para lidar com a criminalidade e se alternam na vigilância em horários específicos para as brincadeiras das crianças. Nesse sistema coletivo, os pais não monitoram apenas seus filhos, mas ficam atentos e interveem também na segurança dos filhos de seus vizinhos. Para Sarmiento (2005) as infâncias, enquanto categoria social, são construídas a partir do ambiente em que estão inseridas, desenvolvendo condições sociais específicas que interagem e manifestam a visão das crianças sobre o lugar onde vivem.

Mesmo em condições de qualidade de vida tão adversas, as infâncias se desenvolvem, as brincadeiras são colocadas em ação pelas crianças como forma de apreensão do lugar em que estão inseridas, uma maneira paralela ou alternativa de afirmação e interação social. Diferente da percepção dos adultos quanto à precariedade e violência na Ocupação, as crianças percebem o lugar com uma gama de possibilidades de interagir e se divertir, cada espaço é tido como forma de vivenciar a infância (COHN, 2005).

Além das brincadeiras, podemos observar também nos mapas a seguir a percepção ambiental das crianças destaca-se a presença das Castanheiras, que fazem parte da paisagem local. Estas apresentam-se também como marco nas relações que as mesmas estabelecem com o lugar, brincadeiras são desenvolvidas a sua sombra, bem como memórias são construídas a sua volta. Como nos mostra Wendel Alves, 9 anos:

Figura 2 - A Castanheira



Fonte: Wendel Alves, 9 anos

Este mapa apresenta ícones como a casa da criança e a igreja localizada no centro da comunidade como elementos da paisagem construída e o destaque para o elemento natural e marcante no centro, a imponente Castanheira. O mapa de Wendel expõe as proximidades de sua casa, ressaltando a castanheira, elemento que dá nome a Ocupação, esta que se localiza em uma área de proteção ambiental, pois conta com inúmeros exemplares da espécie *Bertholletia excelsa* (Castanheira-do-Brasil) em seu entorno, ainda hoje isso tem sido motivo de discussão e temores sobre a possível desocupação do local.

Antes o verde que prevalecia foi dando lugar ao colorido dos barracos improvisados de madeira reciclada, plástico, entre telhas que viraram paredes, lençóis que viraram portas. As cidades cada vez mais restringem os espaços naturais, as políticas de urbanismo, em razão do capitalismo, retraem os espaços públicos à medida que alargam os espaços privados. Destas ações, as áreas verdes vão sendo reduzidas.

As consequências dessas ações desastrosas são diversas, em especial quando inviabilizam os espaços públicos e coletivos. Uma visão cosmológica que conecte as crianças

com ambientes sustentáveis é cada vez mais restringida e aprisionada pelo desenvolvimento urbano sem que o poder público aja efetivamente no crescimento das cidades.

A figura 03 representa uma visão que aprisiona as dificuldades que “saltam” aos olhares legitimados por um ideal de vida e se contrasta com a representação que as crianças fazem. Não há erro ou descaso, mas nas percepções das crianças sobre o espaço vivido há um olhar que pulsa a partir do que sentem, as vibrações de seu brincar estão para além da realidade concreta. Elas se referem ao construto simbólico, elemento sógnico que não é mera reprodução da realidade, mas aos seus referentes, ou seja, aquilo que elas veem e como elas percebem o espaço natural que compõe a paisagem. (SANTAELLA, 1983).

Figura 3 - Casas na Ocupação Castanhal.



Fonte: Arquivos de pesquisa de campo, 2019

Porém, o desenho mostra uma paisagem convidativa para viver a infância e se difere qualitativamente das visões concretas do que seria considerado adequado por nós adultos. As crianças percebem o sentido do brincar no tempo e no espaço como condição que independe da realidade que assola a perspectiva dos adultos.

O imaginário infantil suspende a realidade, não porque a criança a ignora, mas por ser capaz de transitar entre realidade e fantasia com maestria, capacidade que o adulto esqueceu. A nós, adultos cabe compreender que suas infâncias precisam ser vividas, proporcionar condições seguras para isso. Para De Paula (2010, p. 3) “a maneira como pessoas percebem o ambiente pode revelar as decisões e condutas que elas têm sobre esse meio”.

O próximo mapa nos revela outro aspecto importante da Ocupação: a infraestrutura. Por meio das narrações e desenho de Maurício Barroso, 12 anos, tivemos conhecimento das dificuldades em locomoção, especialmente em dias de chuva.

Figura 4 - As “ruas” da Ocupação Castanhal.



Fonte: Maurício Barroso, 12 anos.

No mapa acima nos é apresentado elementos da paisagem natural como as nuvens, o Sol, a Castanheira e em destaque os caminhos estreitos que são caracterizados pela presença de poças de lama e de capins ao redor. Há também elementos da paisagem construída como a casa que está localizada bem próxima da igreja. Este mapa nos revela como a criança visualiza as disposições das “ruas” da Ocupação. Maurício durante a conversa nos apresentou seu mapa e explicou sobre alguns detalhes: *“Eu gosto muito de desenhar... aqui é ali na frente de casa, né... a castanheira e a igreja, aqui é lama na rua, quando chove não dá pra gente brincar e fica muito feio, às vezes, a lama entra dentro de casa.”*

As crianças, embora não revelem conhecer os direitos que lhes são imprescindíveis para uma vida segura e digna juntamente com suas família, elas traçam em seus mapas e revelam em suas falas uma amostra de que a vida das crianças e de suas famílias não tem sido prioridade absoluta, as ruas são caminhos esburacados e a água que corre dos ambientes domésticos são depositadas diretamente em sua extensão, formando valas com lama que se misturam às águas da chuva e impedem até mesmo a locomoção dos moradores.

Talvez para as crianças se revelem em uma dimensão onírica, ou seja, se revelem em um nível de consciência que a “adulterez” nos roubou. Não que elas sejam ingênuas tal como tendemos a rotulá-las, mas se sua realidade concreta não reflete o “ideal”, ela busca ser e agir num plano onde é possível ser quem ela quiser.

Em seu desenho Maurício nos mostra, com riqueza de detalhes, sua percepção do ambiente, em seus traços destaca a sua rua e as peculiaridades que a mesma apresenta, com

seus caminhos estreitos, cobertos de capim, salientando a precariedade do espaço. Segundo Tuan (1983, p. 25) “uma criança aprende depressa a ler os indicadores espaciais e ambientais, mesmo quando lhe são apresentados em forma de gravura”, ou seja, desde muito pequenos as crianças que ali residem já pensam os espaços e se percebem neles, se apropriando e o transformando conforme suas necessidades.

As relações que elas estabelecem com o contexto e com a paisagem se confrontam com a ideia do não-apropriado atribuído por olhares dos adultos, elas transformam as dificuldades em possibilidades de forma criativa. Se os espaços parecem-nos de falta de estrutura básica, são transformados em recantos das mais diversas brincadeiras. Caminhos ao invés de ruas, grandes poças de lama e muito mato dificultariam as brincadeiras, porém o que adultos veem como dificuldade, as crianças se inspiram em possibilidades.

Elas utilizam os espaços das mais variadas maneiras, mesmo sem lugares supostamente destinados ao lazer e convivendo com as adversidades, utilizam os mesmos como maneiras de apreender a realidade e superar as dificuldades (SARMENTO, 2005).

O olhar de pesquisador/adulto se efetiva numa direção idealista de que há sempre uma realidade perfeita a ser atingida. Diante do intrigante desejo em focalizar aspectos que são tidos como essenciais, em um de nossos diálogos questionei se as crianças achavam que faltava algo na Ocupação. Uma delas acenou com a cabeça, e disse: *nada, eu acho que nada... aqui a gente tem casa, a gente brinca de várias coisas com meus amigos, eu brinco na rua de pular corda e futebol.*

Figura 5 - O brincar livre, poética da infância.



Fonte: Yana Batista, 9 anos.

O mapa de Yana é distribuído horizontalmente, é assinado no canto pela criança. No desenho, há destaque para elementos da paisagem natural como a castanheira e a flor que está próxima da casa, elemento da paisagem constuída, e dos elementos humanos que são duas meninas, Yana e sua irmã, como foi relatado em sua fala brincam de bola e pulam corda na rua juntamente com outras crianças. A criança expõe também outros elementos como o Sol e as nuvens.

Em sua fala e desenho a criança deixa claro que acredita não faltar nada na Ocupação, pois tem sua casa e pode brincar livremente, diferente de nosso olhar adulto que foca nas dificuldades, ela vê o ambiente de forma livre e evidencia o que tem e não o que falta. O brincar na rua, que em virtude de muitos aspectos está se perdendo na sociedade atual, ainda está fortemente presente no ambiente da Ocupação, onde há uma intensa relação de trocas, a rua passa a ser local de solidariedade e integração da família e da própria comunidade, onde as crianças se encontram para trocar experiências, brincar, correr e pular, onde se tem a liberdade para criar espaço de sociabilização espontânea por meio da vivência desses momentos lúdicos.

Para Tavares e Antônio (2021), o brincar livre integra características que estão na poética da infância que é o animismo, o pensar por imagem, a empatia, as histórias e o brincar na natureza. Mostra que a criança brinca com o que é mais simples, com elementos da natureza como a terra, água e as árvores, não precisa de muita coisa para que ela brinque livremente e seja feliz com o que tem, ao passo que brinca aprendendo e aprende brincando ela vai elaborando a imagem que ela faz dela mesma, do mundo e dos outros.

O brincar livremente é o microcosmos da infância, onde a criança pode criar, atribuir sentimentos e significados, esta que vê o mundo com encantamento que nós adultos não temos mais, a sensibilidade de perceber o ambiente de forma mais poética e gentil. Por onde passamos observamos crianças de várias idades brincando, uma ajudando a outra, o mais velho cuidando do mais novo, o que para muitos apresenta-se como um local de marginalidade e perigo, para elas há a construção de uma intensa relação de afetividade seja com o local ou com os demais moradores.

As crianças procuram representar aquilo que está na mente e não apenas aquilo que a visão pode captar. Reconhecemos que os mapas mentais cumprem bem esse papel. No que diz respeito às vivências e as formas como elas se valem do espaço geográfico, no caso do Castanhal, mesmo sendo lugar de ínfimas formas de atendimento às reais necessidades dos cidadãos, as crianças cultivam a engenhosidade de viver intensamente as suas infâncias, mesmo quando as nossas certezas enxergam apenas aquilo que “falta”.

As vivências das infâncias e dos espaços na comunidade do Castanhal foram representadas de formas diversas, os desenhos contaram com a representação de elementos humanos, da paisagem construída e da paisagem natural, com destaque para as castanheiras que estavam presentes em 75% do material coletado, tornando-se símbolo para as crianças que residem no local, sendo essencial para o vínculo de afetividade que as mesmas estabelecem com o, agora dotado de sentimentos, lugar. A castanheira expressa nos desenhos apresenta qualidades subjetivas, onde não se aplicam noções de tempo, espaço e distancia, como perto e longe, mas o elo entre a criança e o lugar são essenciais para sua estruturação de mundo e a árvore é uma importante fonte de identidade.

A observação, os mapas mentais e as falas das crianças nos permitiram transitar entre o imaginário infantil e a realidade concreta da Ocupação Castanhal e analisar como as crianças vivem e pensam seus espaços, sobretudo como se percebem sujeitos nesse contexto. Os modos como se apropriam do ambiente, especialmente das ruas, tornando-as território do brincar e de suas interações revelam muito sobre a infância na Ocupação, uma intensa relação de saberes conduzida pelas cantigas que dão ritmo às mãos que conduzem as cordas, pelos sorrisos e olhares trocados em uma partida de futebol e as comemorações que acompanham o tintilar das bolinhas de gude. Ao olhar de forma rápida pode parecer absurdo ver crianças correndo em meio aos caminhos estreitos e enlameados da Ocupação, mas, para ela, é a mais perfeita forma do brincar livre em contato com seus pares, lugar e a natureza.

Após 5 anos de Ocupação, muitas crianças nasceram ali e reconhecem a comunidade como lar, seu primeiro contato com o mundo e com a sociedade ocorreram nesse local, a forma única como se apropriam dos espaços da Ocupação e a estrita relação que estabelecem com o meio nos conduzem para uma análise de suas percepções cheias de emoções com ternura, apego e envolvimento com a Ocupação Castanhal, assim como os demais moradores, que apesar da falta de infraestrutura, veem o local como seu lugar e já construíram diversas memórias e histórias de luta para assegurar o direito de ter um lar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os moradores da Comunidade Castanhal enfrentam diversas dificuldades diariamente, em consequência de sua localização em uma área periférica da cidade e ser uma Ocupação irregular. Por meio das observações e entrevistas desenvolvidas com os moradores constatamos a ausência de serviços básicos de infraestrutura e políticas públicas de segurança, moradia, educação, saúde e lazer.

O local não dispõe do mínimo de infraestrutura para que as famílias vivam com dignidade, direitos estes que são assegurados em nossa Constituição Federal, mas que não atende a todos os cidadãos brasileiros, sobretudo os que residem em ocupações “irregulares” que sofrem com precárias condições de vida, que vão além da privação material e ambiental, mas os impede de gozar plenamente de outros direitos como humanos, civis e políticos, econômicos, sociais e culturais.

A situação predominante no meio sócio-econômico das ocupações de terra em nossa cidade, como na maioria desses movimentos que ocorrem no Brasil, é marcada pela intensa desigualdade social. As políticas públicas para a infância no tocante de ações que possibilitem seu desenvolvimento físico e psicológico em formatos adequados a melhoria da qualidade de vida, são elementos fundamentais para o entendimento da realidade social das crianças.

É essencial que haja políticas públicas que atendam as crianças e potencializem seu desenvolvimento físico, cognitivo, social e psicológico, assim como assegurem seus direitos como cidadã, por meio de uma educação de qualidade, moradia segura, alimentação saudável, serviços de saúde, lazer e proteção à infância. As crianças que residem na Ocupação Castanhal têm seus direitos parcialmente negados, pois nem todos têm acesso com facilidade, contudo esses aspectos não as impedem que vivenciem suas infâncias nos espaços da Ocupação, adaptando-se as adversidades e fazendo do local palco das mais diversas brincadeiras.

A falta de saneamento básico, as adaptações de barracos e energia elétrica precária não inibem o otimismo e esperança dos moradores de permanecer ali e transformarem aquele espaço em seu lugar. As crianças se organizam, brincam em conjunto e estabelecem uma relação de troca e amizade por meio de jogos nos campinhos improvisados, as tardes de sol soltando papagaio e as brincadeiras de manja que sempre estão presentes.

Em suas falas e mapas mentais as crianças deixam claro seu envolvimento com a comunidade, suas percepções do ambiente e brincadeiras que envolvem à todos direta e indiretamente. As condições que a Ocupação lhes impõe não as impede de sonhar e materializar

as formas livres do brincar com a natureza e com seus pares e de reconhecer o espaço como seu lar, dotado de afeto, pertencimento e afetividade.

Abrir o campo de pesquisa para locais além da sala de aula e estudar a infância e sua diversidade nos permite ampliar nossos olhares e enxergar a criança em contexto diverso ao escolar, bem como considerar seus múltiplos aprendizados, socialização e contribuições. Observar a Ocupação do Castanhal a partir de uma perspectiva infantil nos possibilitou uma visão que ultrapassa as dificuldades e barreiras impostas pelo local e percebê-lo como um ambiente repleto de elementos dotados de sentimento, a rua é vida e as crianças enchem-na de cor e significado com suas marcas e elementos de suas brincadeiras personalizadas.

A pesquisa nos ajudou a desconstruir o estereótipo de ocupações como locais somente de marginalidade e perigo, além de perceber a diversidade e riqueza das infâncias que se constroem nesses espaços, colocando as crianças em seus devidos lugares, como protagonistas, considerando suas falas e percepções acerca do ambiente que vivem e como percebem o mundo ao seu redor.

Ainda há muito a ser feito, a ausência de políticas públicas não nos permite traçar um caminho para a Ocupação, passam-se os anos e as famílias permanecem sem uma resposta e conseqüentemente um local digno para viver, adaptando-se e superando as dificuldades impostas cotidianamente. Esperamos que de alguma forma este escrito possa sensibilizar os estudantes, pesquisadores, agentes públicos, professores e representantes da sociedade civil organizada a observar as crianças como agentes importantes na manutenção da vida em comunidade, assim como protagonistas de suas histórias e as ocupações como espaço de luta e resistência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Gilciandro P. de. **História e memória**: da fundação do bairro de Paulo Corrêa ao seu processo de urbanização desenvolvido até nos dias atuais. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de História da Universidade do Estado do Amazonas-UEA/CESP/Parintins-2009.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Infância e da Família**. Rio de Janeiro. Zahar, 1981.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões**: a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Duas cidades, 2009.

BOGDAN, R., e BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 05 jan. 2021.

BRASIL. Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm). Acessado em: 12 nov. 2020.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

CARVALHO, Rodrigo. **A expansão urbana de Parintins**: produção do espaço, agentes e processos socioespaciais. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao departamento de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas- UEA/CESP/Parintins-2017.

CASTRO, Claudia Osório de. **A habitabilidade urbana como referencial para a gestão de ocupações irregulares**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana, do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia-PUC-Paraná, 2007.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade**: Ensaio sobre o ensino de geografia para a vida urbana e cotidiana. São Paulo: Papirus, 2008.

COHN, Clarice. **Antropologia da Criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny . **Cultura, espaço e o urbano**. (org.) Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2006.

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**. Disponível em: [http://www.mp.go.gov.br/porta/web/hp/7/docs/declaracao\\_universal\\_dos\\_direitos\\_do\\_homem.pdf](http://www.mp.go.gov.br/porta/web/hp/7/docs/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf). Acesso em: 05 jan. 2021.

DE PAULA, Luiz. Mapas mentais e experiência: um olhar sobre as possibilidades. *In: Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos*. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://geografiahumanista.files.wordpress.com/2010/07/luiz-tiago-de-paula.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020

FIGUEIREDO, Ângela Maria Rodrigues de. **Crianças e territorialidade**: As brincadeiras nas ruas do bairro da União em Parintins/AM. Tese de doutoramento no Programa Sociedade e Cultura na Amazônia, PPGSCA/UFAM, 2017.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas trad. Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FREITAS, Maria Luisa de Lara Uzun de. A evolução do jogo simbólico na criança. **Ciências & Cognição**, v. 15, n. 3, p. 145-163, out. 2010. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/343>. Acesso em: 10 maio 2021.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

KOZEL, S. Comunicando e representando: mapas como construções socioculturais / Communicating and representing: maps as socio-cultural constructions. **Geograficidade**, v. 3 n. Especial, p. 58-70, set. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/geograficidade2013.30.a12874>. Acesso em: 20 jul. 2020.

KOZEL, S. Mapas mentais – uma forma de linguagem: Perspectivas metodológicas. *In: KOZEL S. et al (org.). Da percepção e cognição à representação*. São Paulo, Terceira Margem, 2007. P.114-138.

KRAMER, Sonia; LEITE, Maria. Isabel (Org.). **Infância: fios e desafios da pesquisa**. Campinas: Papyrus, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Angélica Macedo Lozano; KOZEL, Salette. Lugar e mapa mental: uma análise possível. **Geografia**, v.18, n. 1, p. 207-231, jan./jun. 2009. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio\\_turra/GEOGRAFIA%20SOCIAL%20E%20CULTURAL/TEXTOS%20SEMINARIOS%20GSC/Percep%20E3o%20ambiental/percep%20E7%20E3o1.pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/GEOGRAFIA%20SOCIAL%20E%20CULTURAL/TEXTOS%20SEMINARIOS%20GSC/Percep%20E3o%20ambiental/percep%20E7%20E3o1.pdf). Acesso em: 24 nov. 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2014. Portaria n. 443, de 17 de dezembro de 2014. **Diário Oficial da União**, 18/12/2014, Seção 1, p. 110-121. Disponível em: <https://ckan.jbrj.gov.br/dataset/23f2e24c-5676-4acd-83f0-03621cba4364/resource/8d0bbe11-e7d4-49c3-98ba-c07f2dfac5e/download/portariamma4432014listaespeciesfloraameacadasesextincaobrasil.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

NORONHA, Marineide Soares. **Ordem na “desordem”**: a produção de moradias no bairro da União-Parintins/AM. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas- UEA/CESP/Parintins-2011.

PAINEL: A cidade dos meninos e das meninas: uma nova filosofia de governar a cidade. Webnário apresentado por Elisson Pauletti, participação de Francesco Tonucci. **Canal Vincular**, 2021. 1 vídeo (2h 55min 34seg). Publicado pelo canal Vincular. Disponível em: <https://youtu.be/hAGnqobGhGU>. Acesso em: 25 maio 2021.

ROLNIK, Raquel. O direito à moradia. **Desafios do Desenvolvimento**, ano 6, edição 51, 7 jun. 2009. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8264/1/Direito%20C3%A0%20moradia.pdf>. Acessado em: 9 jun. 2021.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é Semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Crianças: educação, culturas e cidadania ativa. **Perspectiva**. V. 23, n.1, 2005, p. 17-40.

SEMINÁRIO DO BRINCAR 2021: Palestra com Severino Antônio e Kátia Tavares. Webnário apresentado por Elisson Pauletti. **Canal Vincular**, 2021. 1 vídeo (1h 33min 53seg). Publicado pelo canal Vincular. Disponível em: <https://youtu.be/X8RG4zvE8ug>. Acesso em: 13 maio 2021.

SCHONARDIE, E. F.; FORTUNATO, B. OCUPAÇÕES IRREGULARES: CONFLITOS ENTRE O DIREITO À MORADIA E A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR DANOS AMBIENTAIS. **Revista Direito em Debate**, v. 24, n. 44, p. 187–204, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/4079>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SOUZA, Nilciana Dinely de. **O processo de urbanização da cidade de Parintins (AM)**: Evolução e transformação. Tese de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)/ USP, 2013.

SOUZA, Solange Jobim e; PEREIRA, Rita Marisa Ribes. Infância, conhecimento e contemporaneidade. In: KRAMER, Sonia, LEITE, Maria Isabel (Org.). **Infância e produção cultural**. São Paulo: Papyrus, 1998.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **A vida nas cidades**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Diefel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. Lugar: uma perspectiva experiencial/Place: an experiential perspective. **Geograficidade**, 8(1), 4-15. Disponível em: <http://doi.org/10.22409/geograficidade2018.81.a27150>. Acesso em: 11 de julho de 2021.